

ENTRE OS PÉS DE CAFÉ: MÚLTIPLAS FACES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS EM VASSOURAS, 1890 A 1930

AMONG THE COFFEE
BUSHES: MANY FACES OF BLACK
CHILDREN'S SCHOOLING PROCESS
IN VASSOURAS, FROM 1890 TO 1930

Alexandre Ribeiro Neto¹
Roberto Conduru²

RESUMO: Nosso trabalho possui um recorte regional ao lançar luzes sobre o velho centro escravista da região sul fluminense, trazendo de volta a cena da História da Educação, os negros como sujeitos e agentes históricos. Interrogamos as fontes documentais de pesquisa, que coletamos em diferentes instituições de memória. Entre elas: o periódico *O Vassourense*, o *Relatório do Presidente de Província*, pedidos de *Soldada* e o *Recenseamento de 1872*. Para alguns historiadores existe grande dificuldade em seguir os rastros deixados pelos negros nas fontes documentais de pesquisa, revelando o silêncio das cores nos documentos judiciais do final do século XIX. Houve processo semelhante nos documentos consultados pelos pesquisadores da Educação. Um dos grandes desafios da História da Educação é localizar nos arquivos a presença de crianças negras nos bancos escolares no período pós-abolição. Com nosso trabalho, esperamos preencher essa lacuna. Utilizamos como suporte teórico-metodológico o Paradigma Indiciário, que consiste em seguir pistas, pequenos fragmentos, vestígios e indícios para recuperar a história de sociedades de tempos pretéritos. Fonseca (2002 e 2009) analisou a presença de crianças negras nas escolas de Minas Gerais. Barros (2005) voltou seus esforços para conhecer o processo de escolarização de crianças negras em São Paulo. Silva (2000) apresentou a escola do professor Pretextato dos Passos Silva, na Corte do Rio de Janeiro que desejava educar crianças negras. Lopes (2012), em recente pesquisa sobre a mesma área, sinalizou que outras instituições escolares receberam alunos negros. Todavia, há poucos trabalhos no campo da Educação que analisem a província, sobretudo o Vale do Paraíba Fluminense. Os estudos sobre a escravidão nessa região apresentam uma produção considerável. Tencionamos dialogar com eles, sem esquecer as fontes documentais selecionadas para conhecer o processo de escolarização de crianças negras desenvolvido entre os pés de café.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças negras. Processo de escolarização. Vassouras.



Vol.9 nº 17 jan./jun.2014
p. 293-305

¹Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde desenvolve a pesquisa sobre o processo de escolarização de crianças negras. Mestre em Educação pela UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010), na qual defendeu dissertação sobre a história das instituições escolares. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ-UFFP (1999). É professor de História em Três Rios e em Paraíba do Sul.

²Doutor em História, Universidade Federal Fluminense, 2000. Professor Associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: Our work has a regional clipping to start the light, on the old slavery Center the Southern Fluminense region of Rio de Janeiro, bringing back the scene of History of Education, black people as subjects and historical agents. We have questioned the research documentary sources collected in different memory institutions. Among them: the newspaper *O Vassourense*, Report by the Chairman of the Province, requests the Soldada, Population Census the of 1872. For some historians, there is great difficulty in following the traces left by blacks in the documentary sources of research, showing the silence of the colors in the court documents from the late 19th century. There was a similar process in the documents consulted by researchers of Education. One of the greatest challenges into the History of Education is to locate in the archives the presence of black children at school benches in the period after freedom. With our work we hope to fill the this blank space. We use as theoretical-methodological support the Evidence Paradigm which consists of tracking, small fragments, traces and clues, to retrieve the history of societies from time past. Fonseca (2002 e 2009) analyzed the presence of black children in schools of Minas Gerais. Barros (2005) applied back your efforts to know the process of education of black children in São Paulo. Silva (2000) presented the school of teacher Pretextato dos Passos Silva schools, at the Court of Rio de Janeiro, who wished to educate black children. Lopes (2012), in a recent survey on the same area, indicated that other educational institutions received black students. However, there are few works in the field of Education to examine the province, especially the Vale do Paraíba Fluminense. Studies on slavery in this region have a considerable production. We intend to have a dialogue with them, without forgetting the documentary sources are selected to meet the schooling process of black children developed among the coffee bushes.

KEY-WORDS: Black children. Schooling process. Vassouras.

Os mortos, isto é, os papéis deles, estão metidos lá dentro, menos bem acondicionados do que deveria permitir o respeito, por isso, dão o trabalho que dão encontrar quando um parente, um notário ou um agente de justiça vêm à Conservatória Geral requerer certificados ou cópias de documentos doutras épocas. [...] Só de longe em longe se apresenta aqui algum excêntrico pesquisador de miudezas históricas de escassa relevância.
José Saramago – *Todos os Nomes*

INTRODUÇÃO

O texto que usamos como epígrafe narra a história de José de Tal, personagem central do livro *Todos os Nomes*. Ele é o único que tem nome, as demais personagens são apresentadas ao leitor através das funções que eles exercem. Desta maneira, no romance encontramos o secretário, o chefe da Conservatória Geral e os demais funcionários que o autor lentamente vai acrescentando ao enredo. Gostaríamos de acrescentar que a história se passa em um arquivo público, chamado por nossos irmãos do além-mar de Conservatória Geral.

No arquivo, encontramos os papéis dos mortos. José Saramago nos diz que a organização desses papéis poderia ser melhor, para que, no momento da consulta, tanto parentes como funcionários pudessem rapidamente acessar os documentos que procuram. Com uma fina ironia, o autor insere os historiadores nesse cenário. Sua denúncia da baixa frequência dos mesmos nos arquivos nos apresenta um caminho profícuo, que pretendemos explorar: O que procuram os pesquisadores da Educação quando vão aos arquivos? Se não vão às instituições de memória, como produzem seus textos? Levantamos como hipótese que uma geração de pesquisadores da Educação não realizava, como parte de sua prática, a pesquisa em documentos. Desta forma, repetiram em seus textos o pensamento hegemônico de que as crianças negras não frequentaram escolas.

Para atingir nosso objetivo, reunimos um elenco de fontes documentais de pesquisa as quais interrogamos. O corpus documental é constituído pelo periódico *O Vassourense*, pelo

Relatório do Presidente de Província, por pedidos de Soldada e pelo Recenseamento de 1872. Recorremos a Paul Veyne para nos ajudar a estabelecer as relações de aproximações e distanciamentos existentes entre a teoria e empiria.

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa. [...] A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou romance, Guerra e paz, Antônio ou Cleópatra (VEYNE, 2008, p. 42).

Para conhecer as sociedades de tempos pretéritos, não basta recolher documentos e organizá-los cronologicamente. É necessário eleger um problema e, em função dele, interrogarmos as fontes. Estabelecer um *corpus* documental que permita ao pesquisador conhecer a experiência dos homens no tempo, retirando a herança que recobre a trama social, faz parte do processo de construção do conhecimento. Todavia, sem as ferramentas teóricas, que permitam o diálogo e a formulação de hipóteses explicativas, o pesquisador pode cair na armadilha da narrativa exaustiva dos documentos.

Entre os pés de café floresceu uma cidade: a fundação da cidade de Vassouras.

Olhamos os morros em formato de meia laranja, hoje desgastados pelo excesso do cultivo do café que outrora trouxe prosperidade e riqueza. Ao olhar o caminho percorrido pelo rio Paraíba do Sul, percebemos o desenho feito pelo mesmo na planície: “No século XIX, partindo da cidade do Rio de Janeiro, os cafezais seguiram a direção do vale do rio Paraíba do Sul, que, além de já contar com vias de transporte, tinha solo e clima adequados ao cultivo da planta” (FARIA, 2005, p.8).

Recorremos a Machado, que pesquisou a origem do nome da cidade.

Segundo os antigos pesquisadores da origem do nome da cidade, foi ele motivado por um arbusto muito utilizado no Brasil para a confecção de vassouras e que abundava na região que pouco a pouco foi sendo povoada. [...] A quantidade desses arbustos na sesmaria de Vassouras-Rio Bonito concedida a Francisco Rodrigues Alves em 06/10/1782, impressionou o nosso primeiro desbravador, por isto, omitindo o nome Rio Bonito, passou a chamá-la apenas de Vassouras (MACHADO, 2006, p. 17).

Vassouras nasceu a partir da fundação da vila de Paty de Alferes em 1820. Ela era composta por três freguesias: a Sede, Sacra Família e Vassouras. Todavia, a vila de Paty de Alferes não prosperou, permanecendo anos a fio com uma economia acanhada, e com suas poucas fazendas. Entretanto, a vila de Vassouras alcançou mais desenvolvimento econômico, o que levou a uma mudança. Em 1833, Vassouras foi elevada à categoria de vila, Paty de Alferes voltou a ser uma freguesia, fazendo parte da vila de Vassouras.

Muaze (2008) nos apresenta o processo pelo qual a vila de Paty de Alferes fundada primeiro, passou a ser uma freguesia de Vassouras. Monteiro (2007) também apresenta esse processo, mas sejamos cavalheiros e ouçamos os motivos, através do texto da autora.

Após o decreto de d. João VI, foram iniciados os preparativos para a festa de elevação de Paty do Alferes a vila. Um mutirão de escravos, emprestados pelos grandes fazendeiros, cuidou da limpeza e assoreamento dos caminhos que ligavam ao arraial, nivelou as valas para escoamento das águas e construiu novos ranchos para recolher as montarias e servir as refeições daqueles que se demorassem no local [...]. Entretanto, apesar de toda a pompa inicial, a recém-criada vila não teve o desenvolvimento esperado nos anos que se seguiram e não passou das quatro casas edificadas antes de sua fundação'. Desse modo, em 15 de janeiro de 1833, sob o comando político da Regência Trina, foi assinada a

extinção daquela vila nos seguintes termos: 'Fica extinta a vila de Paty do Alferes e em seu lugar ereta em vila a povoação de Vassouras, compreendendo no seu termo as freguesias de Sacra Família e Paty do Alferes'. Vassouras, assim como Paty do Alferes, tinha sido ocupada a partir da decadência da mineração (MUAZE, 2008, p. 62-63).

Seguimos o nosso passeio pela cidade, observando o traçado das ruas, o chafariz monumental na praça – grandes glórias do passado que hoje são os rastros deixados pelos homens de tempos pretéritos. Começamos a questionar onde se localizavam as escolas? O que aprendiam? As escolas destinadas às crianças da elite vassourense não são difíceis de serem encontradas. Conhecer onde estudavam as nascidas de mães cativas após a Lei do Ventre Livre constitui-se no nosso grande desafio.

O sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes, ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro, após o fim do cativeiro, já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos-crimes e até mesmo com registros civis (MATTOS, 1998, p. 97).

Concordamos com a autora da citação referida anteriormente sobre a dificuldade de seguir as pistas dos negros e pardos do século XIX. Se nos processos consultados a cor foi lentamente desaparecendo, o mesmo se pode verificar nos mapas escolares. Um dos grandes desafios da historiografia da Educação é encontrar fontes documentais de pesquisa, que revelem os processos de escolarização das crianças negras.

Entre os pés de café floresceu uma sociedade escravista: a sociedade vassourense no final do Império

Vassouras é conhecida como a terra dos barões e das fazendas de café. Sheila de Castro Faria, em seu livro *Barões do Café*, lança luzes sobre a rica camada social dos que comandavam os destinos da cidade de Vassouras. Com ela dialogaremos para compreendermos a origem dos títulos nobiliárquicos. Os principais títulos eram: barão, baronesa, visconde e viscondessa. Não encontramos indivíduos ostentando outros títulos. A autora nos diz que:

O título de barão estava reservado, desde a época de d. João, aos proprietários rurais que se projetavam por sua riqueza, mas não por sua participação nos altos postos do governo do Império. Os títulos mais elevados, como os de conde, marquês, eram concedidos aos indivíduos que compunham a alta burocracia, ou seja, à elite política imperial. Havia a possibilidade de um rico cafeicultor também ser um ministro do Império, mas era caso raro. Observe um exemplo: três ricas famílias cafeicultoras do município de Vassouras, pertencente à província do Rio de Janeiro – os Leite Ribeiro, os Werneck e os Avellar –, tiveram, no total, dezenove barões e cinco viscondes entre seus membros. Somente um foi ministro do Império (FARIA, 2005, p. 14).

A citação feita anteriormente nos permite enquadrar os indivíduos num amplo quadro das relações de poder do período. Contudo, perguntamo-nos de onde teriam vindo essas famílias? Como chegaram à região? Vieram da Corte em busca de ouro para consolidar o Caminho Novo das Minas Gerais? Muaze (2008) nos ajuda a responder as perguntas elencadas acima.

A decisão regencial veio satisfazer interesses políticos e econômicos das famílias Teixeira Leite e Correia e Castro, que enriquecidos com a mineração, haviam se instalado na região de Vassouras, na virada do século, após a escassez do ouro. A princípio, a mudança do centro político da província para Vassouras poderia significar que o poderio político de suas *melhores famílias* (grifo da autora), incluindo os Avellar, tinha sido abalado (MUAZE, 2008, p. 64).

Recorremos a Stein (1990) para conhecer a configuração populacional da cidade.

Cerca de 35 a 40 mil escravos e pessoas livres habitavam o município na segunda metade do século XIX. O primeiro e mais confiável censo daqueles 50 anos, o de 1872, demonstrou um total de 39.253 habitantes, incluindo 20.158 escravos e

19.085 pessoas livres, de todas as raças e origens. Enquanto a população do município era dividida quase igualmente entre escravos e pessoas livres em 1872, a distribuição destes grupos dentro do amplo município não era uniforme (STEIN, 1990, p.151).

Usamos o mesmo Censo demográfico de 1872, que serviu de base para o autor em suas reflexões, para estabelecer uma comparação entre o tamanho da população escrava das cidades que formavam o Vale do Paraíba. Vejamos os números dispostos na Tabela 1:

CIDADES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Paraíba do Sul (formada por cinco freguesias)	9.831	7.326	17.107
Vassouras (formada por cinco freguesias)	11.504	8.664	20.158
Valença (formada por cinco freguesias)	12.937	15.559	28.496
Pirai (Formada por quatro freguesias)	8.128	5.347	13.475
Barra Mansa (formada por cinco freguesias)	6.329	4.615	10.944
Rezende (formada por cinco freguesias)	5.494	3.943	9.437

FONTE: IBGE, Recenseamento de 1872.

Segundo o Censo de 1872, Valença possuía o maior numero de escravos da região. Embora contasse com a mão de obra escrava nas plantações de café, a cidade de Vassouras possuía a segunda maior população de escravos, seguida da cidade vizinha de Paraíba do Sul.

Voltemos ao livro de Stein (1990) para conhecer como se apresentava a população dentro das freguesias. Havia alguma que concentrava maior número de negros e pardos?

Mais da metade da população de Vassouras estava localizada em duas das cinco paróquias que, por sua vez, mantinham a maior percentagem de escravos do município. Essas paróquias, Nossa Senhora da Conceição e Pati de Alferezes, eram os distritos mais importantes no que se refere às fazendas e ao comércio. Juntos eles englobavam 64% da população total do município e 71% de todos os escravos. Por outro lado, a paróquia de Sacra Família do Tinguá, que abrangia o terreno íngreme das montanhas costeiras (serra do Mar), tinha uma população

muito menos densa, com uma proporção mais elevada de pessoas livres (quase 75%). Muitos destes eram ex-escravos, e mais de 50% de todos os africanos livres no município viviam nessa paróquia economicamente à margem (STEIN, 1990, p. 151).

Entre os pés de café floresceram escolas: a malha escolar de Vassouras

Segundo Stein (1990), a população negra e parda concentrava-se na freguesia de Sacra Família do Tinguá. O jornal *O Vassourense* do dia 9 de fevereiro de 1890 apresenta um relatório da Instrução Pública e nele consta uma tabela com as escolas distribuídas nas freguesias. A freguesia de Sacra Família contava com duas escolas para meninos e nenhuma escola para meninas. Vejamos a Tabela 2:

Tabela - DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLAS POR FREGUESIA

FREGUESIA	LOCALIDADE	ESCOLAS	PROFESSORES
Cidade	E. de Vassouras	Mista	João Baptista Nunes D. Inésia de Oliveira Nunes
Cidade	E. d'Aliança	Mista	Alfredo Ribeiro de Azevedo D. Maria Leal de Azevedo
Cidade	Massambará	Masculina	Atila Gomes Coelho
Ferreiros	Várzea Grande	Masculina	Vaga
Sacra Família	Arraial	Masculina	Jose Eulálio de Andrade
Sacra Família	Oriente	Masculina	Manoel do Espírito Santo Rodrigues

FONTE: *O Vassourense*, 1890.

Recorremos, mais uma vez, a Stein (1990) e suas reflexões para conhecer a composição do mundo da Educação da cidade de Vassouras.

Diversas escolas particulares de Vassouras para brasileiros da classe alta alcançaram um reconhecimento nacional. Os homens que as dirigiam foram responsáveis pela formação de diversos brasileiros que atingiram proeminência sob a República proclamada em 1889. Dessa maneira, embora intimamente ligados à economia de Vassouras, esses profissionais estavam também cientes de um mundo mais amplo e eram, em certo grau, eles mesmos, veículo de mudanças (STEIN, 1990, p. 160).

Entre as iniciativas particulares encontramos o Colégio Brandão, fundado por Alberto Olímpio Brandão. No Dicionário bio-bliográfico brasileiro encontramos informações sobre o autor e seu estabelecimento de ensino que nos ajudam a adensar o nosso conhecimento sobre o mundo da Educação da cidade de Vassouras.

Filho de Modesto Brandão e de D. Maria Moreira Vasconcelos Brandão. Fez curso preparatório no Colégio Fernandes em Vassouras. Iniciou estudos de Direito na Faculdade de São Paulo, interrompendo-os devido à moléstia de

olhos que o impossibilitou de prosseguir, tirando mais tarde carta de solicitador. Aos 21 anos de idade perdeu o pai e casou-se com D. Ana Paula Magalhães. Deputado provincial, pelo estado do Rio de Janeiro, filiado sempre ao Partido Liberal. Fundou o Colégio Brandão em Vassouras, a princípio em pequena casa, na parte alta da cidade e, mais tarde, no palácio Furquim. O seu colégio, que gozou sempre de grande nomeada, teve como professores os Drs. Lameira de Andrade, Lucindo Pereira Passos Filho, o mais tarde acadêmico João Ribeiro, o matemático Felisberto de Menezes e outros. Nele estudaram Nilo Peçanha, e outros ministros e acadêmicos: Rodrigo Otávio e Ataulfo de Paiva, o professor Dr. Pedro de Almeida Magalhães, o médico Dr. Jorge Pinto e o historiador e jornalista Matoso Maia Fortes (VELHO SOBRINHO, 1937, p. 128-129).

Os dados apresentados por Velho Sobrinho convergem na mesma direção da citação anterior de Stanley Stein, ou seja, dos colégios vassourenses saíram figuras ilustres, tais como: o médico João Ribeiro, os políticos Nilo Peçanha e Ataulfo de Paiva, proeminentes líderes políticos fluminenses.

Após olharmos a cidade e traçarmos um quadro geral, o resultado não era nada animador. Mesmo entre os fazendeiros ainda havia muitos analfabetos, o que também dificultava o desenvolvimento de técnicas agrícolas mais avançadas, que poderiam produzir aumento na produtividade agrícola.

No desenvolvimento das técnicas, os fazendeiros tinham poucos manuais e os que tinham eram baseados em práticas inadequadas e teorias insatisfatórias. Mesmo esses poucos não exerciam muita influência, pois o número de fazendeiros alfabetizados era pequeno. Conseqüentemente, os métodos usados pelos primeiros plantadores de café eram aqueles de tentativa e erro (STEIN, 1990, p. 49).

Voltemos uma vez mais ao jornal O Vassourense para conhecer as medidas tomadas pela Câmara Municipal para combater o analfabetismo. Essas medidas destinavam-se a todos os alunos, pois o analfabetismo atingia a negros e brancos no interior da província. Preocupados com os altos índices do mesmo, os vereadores votaram o auxílio de subvenção de 2\$000 por aluno para a escola que tivesse até 20 alunos. Mas tarde o valor aumentou para 3\$000 por aluno nas escolas com até 20 crianças. Vejamos o quadro apresentado no mesmo periódico, com as escolas subvencionadas pelo poder público local.

Tabela - ESCOLAS SUBVENCIONADAS POR FREGUESIA

N.º	FREGUESIA	LOCALIDADE	ESCOLAS	PROFESSORES	SUBVENÇÃO POR ALUNO
1	Cidade	E. do Comércio	Feminina	D. Belmira M. de Freitas Bastos	3\$ até o numero de 20
2	Cidade	Mata Cães	Masculina	Francisco Moreira de Vasconcelos	3\$ até o numero de 20
3	Cidade	Pocinho	Feminina	D. Eulália de Almeida Mesquita	3\$ até o numero de 20
4	Sacra Família	Belém	Feminina	D. Maria da Cruz de Mattos	3\$ até o número de 20
5	Sacra família	Sertão	Masculina	Aurélio G. Gomes dos Santos	3\$ até o numero de 20
6	Paty de Alferes	Boa Esperança	Masculina	Manoel Oscar da Silva	3\$ até o numero de 20

FONTE: O Vassourense, 1890.

O redator possuía clareza da gravidade do problema. Se por um lado os esforços do poder público eram insuficientes para solucionar o problema; por outro, o problema não seria resolvido sem o auxílio dos pais e tutores, que deveriam enviar as crianças para a escola. Ouçamos mais uma vez o redator em seu relatório.

A Câmara recebeu da Tesouraria do estado a quantia de 1:789\$620 para o pagamento das subvenções e, tendo despendido 1:333\$000, apresenta essa verba um saldo de 456\$620. Recapitulando, temos que no município existem 12 escolas sob administração ou fiscalização do município, sendo:

Do sexo masculino	7
Do sexo feminino	3
Mistas	2
Total	12

Nessas escolas a matrícula de alunos no último trimestre do ano findo era a seguinte:

Do sexo masculino	273
Do sexo feminino	113
Total	386

A frequência média foi a seguinte:

Do sexo masculino	213
Do sexo feminino	67
Total	280

Como se vê, semelhante resultado não é satisfatório. Por mais assíduos que sejam os sacrifícios dos poderes públicos para promover e desenvolver a instrução primária neste país, cumpre torná-los eficazes por meio da decretação do ensino obrigatório. É necessário vencer a indiferença e até mesmo a culposa resistência dos pais aos benefícios do ensino obrigando-os a mandar os seus filhos analfabetos as escolas públicas. Desde que as leis estabeleçam tão útil providência e a administração procure disseminar o ensino criando outros estabelecimentos de instrução para aqueles que residem à grande distância das escolas existentes, estamos certos de que poderemos reduzir o número de analfabetos (VASSOURENSE, 1890, p. 8).

Se as crianças não estavam na escola, onde elas estavam? Por que os pais e tutores não pretendiam enviar os filhos para a escola? Segundo Florentino e Góes, as crianças negras eram empregadas em pequenas tarefas nas fazendas. Talvez por isso não estivessem na escola.

As crianças cativas, contudo, não ficavam entregues apenas à comiserção de Deus. Forças mui humanas (ou desumanas, a bem da verdade) conduziam seus destinos. Antonil, escrevendo sobre o tormento da cana-de-açúcar – batida, torcida, cortada em pedaços, arrastada, moída, espremida e fervida – descreveu o calvário de escravos pais e de escravos filhos. Estes também haviam de ser batidos, torcidos, arrastados, espremidos e fervidos. Era assim que se criava uma criança escrava. Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Examinando as listas de escravos dos inventários post-mortem de 1790 a 1835, observa-se que era nesta idade que os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico roça, João pastor, Ana mucama. Alguns haviam começado muito cedo: o pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel; Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor Manoel, aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. E de Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos, era-se um adulto completo. O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que ela alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorizava as habilidades que aos poucos se afirmavam. (FLORENTINO e GÓES, 2005, p. 217-18).

A citação feita anteriormente é rica ao apresentar a introdução de crianças negras no mundo do trabalho. Os autores, tomando por base os dados dos testamentos *post-mortem*, sinalizam que ter crianças escravas nas fazendas era ter trabalhadores, ainda que pequenos, mas

trabalhadores. As que conseguiram sobreviver aos altos índices de mortalidade, lentamente começavam a executar pequenas tarefas, desenvolvendo habilidades que as tornarão valiosas futuramente no mercado de cativos.

Stein (1990) une a sua voz à dos autores acima. Usando outras fontes documentais de pesquisa, seu texto caminha examinando o reflexo da Lei do Ventre Livre, de 1871, na economia das fazendas de Vassouras, pois a mão de obra escrava já apresentava sinais de envelhecimento. Segundo o autor, os fazendeiros preferiram ficar com os filhos de mãe escrava, a receber a indenização do Estado.

A primeira medida significativa, a Lei de Rio Branco de 1871, estabelecia, entre outras coisas, a emancipação de crianças escravas (ingênuos) nascidas após a aprovação da lei e a emancipação de escravos adultos através de um fundo especialmente criado [...] Passados 14 anos, seguiu-se a aprovação da Lei dos Sexagenários, libertando escravos com mais de 60 anos, embora seus serviços pudessem ser exigidos por mais três anos aos seus amos se assim o desejassem. O destino de ambas as leis foi idêntico: poucos escravos foram atingidos. No caso da Lei de Rio Branco, alguns fazendeiros optaram por libertar seus ingênuos na idade de oito anos, recebendo indenização do Governo Imperial. Em vez disso, eles incorporaram os filhos de suas escravas à sua força de trabalho: dos 9.310 ingênuos registrados em Vassouras entre 1887-1888, 64 foram libertados – e apenas porque acompanharam suas mães libertas pelo Fundo de Emancipação (STEIN, 1990, p. 96-97).

Discordamos da citação feita anteriormente, de que tanto a Lei de Rio Branco quanto a Lei dos Sexagenários receberam o mesmo tratamento dos senhores de escravos. A literatura especializada no tema nos apresenta muitos relatos de escravos abandonados à própria sorte por seus antigos senhores, pois completaram 60 anos. Muitos foram para as cidades, engrossando o contingente de mendigos e livres que perambulavam pelas ruas pedindo esmolas, alimentando-se do pão da caridade cristã.

Stein concorda com Florentino e Góes sobre o destino dos ingênuos após a Lei do Ventre Livre assinada em 1871. Ana Lugão Rios discorda, apresentando outra possibilidade para a trajetória das crianças filhas de mães escravas.

Outros efeitos da lei seriam especialmente perversos para a própria família, que mantendo a mãe na escravidão, diminuiria a autoridade dela frente aos filhos livres e, finalmente, provocaria a separação das famílias. Os ingênuos, na argumentação de outros, não permaneceriam em fazendas onde assistiriam a seus pais sofrerem privações e maus-tratos. [...] O que se pode supor através de alguns indícios esparsos é que a liberdade das crianças tenha vindo reforçar projetos e comportamentos que preparavam a última geração de escravos para a liberdade (RIOS, 2005, p. 166-67).

O que torna o pensamento de Rios diametralmente diferente dos autores – Stein, Florentino e Góes – é a percepção da utilização da Lei do Ventre Livre como estratégia de libertação de toda a família, incluindo a retirada das meninas dos serviços de roça.

[...] A maior 'democratização' no acesso à família foi acompanhada por um outro movimento intrigante: a retirada das meninas do trabalho no eito. Em 1864. Das 31 meninas com idade entre 5 e 14 anos, 71% eram classificadas como escrava de roça. Em 1872, as meninas classificadas como 'de roça' eram apenas 45% e, em 1878, mesmo não incluindo as 'ingênuas', a quantidade de meninas na roça foi proporcionalmente ainda menor, 40%, e as restantes não tinham nenhuma qualificação de outra qualquer função. As crianças ingênuas também não tinham anotada nenhuma função específica (RIOS, 2005, p. 168).

Contudo, perguntamo-nos: se as meninas não estavam no serviço de roça, onde estavam? Numa cidade como Vassouras, com um número menor de escolas femininas e uma escola mista, poderíamos pensar que as meninas foram para a escola? Se não estavam trabalhando no eito, estavam realizando outro ofício? Qual seria ele?

Recorremos mais uma vez à autora que em seu texto responde algumas das perguntas. Ela também acrescenta que a retirada das meninas e das mulheres do eito foi um traço comum nas Américas no pós-abolição.

O trabalho de mulheres e crianças foi um dos pontos polêmicos no pós-emancipação nas Américas. A apropriação do trabalho infantil e das mulheres para a esfera doméstica e de subsistência, com sua consequente retirada do trabalho coletivo no eito ("gangs") tem sido apontando como um traço comum do pós-emancipação nas Américas. O fato de, ao mesmo tempo em que a família se tornava mais acessível aos escravos de Valim, indicando que um dos pontos centrais de conflito entre os escravos se dissolvia, estes conseguissem retirar progressivamente as meninas do trabalho no eito, trazendo-as para a esfera doméstica, sugere que um projeto de família e de trabalho já estava sendo gestado nas senzalas (RIOS, 2005, p. 169).

As meninas passaram a exercer tarefas no interior da casa, elas podem ter passado por processos de escolarização junto com filhas dos senhores de escravos. Alguns senhores de escravos contratavam preceptoras para educar suas meninas segundo o padrão europeu. O livro escrito por Ina Von Binzer apresenta algumas experiências vividas pelos preceptores europeus nos trópicos.

Costumo dar aula de piano no chamado quarto de trabalho de D. Alfonsina, porque as crianças não estudam no piano de cauda da sala de visita, mas num veterano piano de armário. [...] Tinha aparecido camundongos na dispensa e, sem demora, D. Alfonsina chamou duas pretas e um preto dando-lhes ordem para esvaziá-la inteiramente, a fim de descobrir os buracos. Enquanto junto ao piano desafinado eu resignadamente contava o meu *un, deux, trois* – e Leonila, perseverante, cometia os mesmos erros – sob a ruidosa direção de D. Alfonsina erigia-se à volta de nós, uma barricada de caixões, barris, sacos etc. [...] Para completar, uma mulatinha à qual D. Gabriela ensina a ler, devido à barricada que se empilhava no canto onde estuda, postou-se de repente atrás de minha cadeira soletRANDo o seu monótono b-a, ba, b-é, be, b-i bi!... Era demais! Levantei-me furiosa, peguei as músicas, chamei Leonila e acabei a aula no salão. Levaram isso a mal e em toda essa história a desrespeitosa fui eu! (BINZER, 1994, p. 57).

Essa experiência de escolarização foi registrada acidentalmente, pois se não houvesse infestação de ratos na dispensa, a aula de piano teria transcorrido normalmente. Não podemos esquecer que se não fossem os ratos, não teríamos o relato das aulas ministradas por D. Gabriela, a mulatinha. Podemos inferir do texto é que as aulas de D. Gabriela aconteciam com alguma regularidade, no mesmo lugar. Quem teve a sua rotina alterada foi Leonila e suas aulas de piano.

Podemos pensar que esse não foi o único episódio de escolarização, houve outros. Contudo, não temos documentos que nos permitam recuperá-los. Talvez, à medida que lançarmos novamente nossos olhos sobre a experiência dos preceptores europeus nas fazendas, outros processos de escolarização de crianças negras e pardas podem surgir de seus relatos.

Recorremos a Mattos (1998) para compreender o significado das cores dos indivíduos, presentes nos documentos do século XIX.

[...] Como a historiografia já tem assinalado, os significantes 'crioulo' e 'preto' mostravam-se claramente reservados aos escravos e aos forros recentes. A designação 'crioulo' era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o significante preto, até a primeira metade do século, era referido preferencialmente aos africanos. A designação de 'negro' de negro era mais rara e, sem dúvida, guardava um componente racial, quando aparecia nos censos de época, qualificando a população livre. [...] Dessa forma, o qualificativo 'pardo' sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente 'pardos', os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam (MATTOS, 1998, 30p).

Adriana Maria P. da Silva retirou os escombros de Pretexato dos Passos e Silva, um professor preto que através de requerimentos à Inspetoria Geral da Instrução Pública da Corte,

pretendia abrir uma escola para ensinar os meninos de cor, em 1856.

Recorremos a Adriana Maria P. da Silva para destacar o que se podia fazer quando se sabia ler e escrever no Império. Ouçamos a autora:

Aprender a ler e escrever, enfim podia permitir aos escravos africanos e crioulos (escravos brasileiros) passarem como libertos ou exercerem ofícios que os aproximassem da experiência da liberdade. Some-se a estas possibilidades, ainda uma outra: a possibilidade de travar contato com as letras dos homens de cor que, a partir de 1830, na Corte criaram jornais específicos nos quais discutiam questões referentes à raça, identidade e mobilidade social em meio aquele segmento (SILVA, 2000, p. 112).

Em 1871, com a assinatura da Lei do Ventre Livre, que liberta os nascidos de mãe escrava, uma questão que não pode ser esquecida: como promover a integração dos negros como cidadãos livres na sociedade brasileira? Marcus Vinícius Fonseca, ao analisar as características das práticas educativas destinadas às crianças negras, aponta que elas eram voltadas para o trabalho.

O que marcadamente a lei estabeleceu de vantagem para as crianças que foram repassadas pelos senhores de suas mães ao Estado foi a atribuição legal de que cabia aos responsáveis garantir-lhes uma instrução elementar. Quanto ao aprendizado de uma profissão, as práticas educativas exercidas em meio à escravidão também garantiam, pode-se dizer que a profissionalização – se assim podemos falar – era a característica mais marcante da educação que a criança escrava recebia, pois girava em torno dela o interesse que os senhores possuíam sobre suas vidas. (FONSECA, 2002, p. 12-27).

Tanto Octávio Ianni como Emília Viotti da Costa assinalam que, durante a Primeira República, as medidas educacionais que pretendiam escolarizar os negros foram interrompidas em virtude da imigração de trabalhadores. Ouçamos primeiro Ianni:

Portanto, a abolição e a imigração resultaram da instalação e, ao mesmo tempo, do remanejamento do mercado de trabalho. Por isso, quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar; são eles que contribuirão, em maior parte, para a formação de um contingente de reserva que vegetará no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outros núcleos dominantes. Em parte, esse contingente de trabalhadores disponíveis alimentará expansões posteriores da economia nacional, especialmente a industrialização (IANNI, 2004, p. 71).

O autor da citação feita anteriormente apresenta as suas preocupações relativas à formação do capitalismo no Brasil. Ele voltou seus olhos para a formação da classe trabalhadora. Emília Viotti da Costa, ao discutir o mito da democracia racial, regressou à Primeira República para trazer à baila os mecanismos de exclusão do negro na sociedade brasileira.

Como a Abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte. Suas dificuldades de ajustamento às novas condições foram encaradas como prova de incapacidade do negro e da sua inferioridade racial. Chegou-se a dizer que era mais feliz na situação de escravo do que na de homem livre, pois não estava apto a conduzir a própria vida (COSTA, 2010, p. 343).

Entre as múltiplas faces da luta pela integração do negro na sociedade brasileira estava a sua escolarização. Com a chegada os imigrantes europeus e o declínio do café no Vale do Paraíba Fluminense, houve uma mudança no eixo econômico. O café precisava de novas áreas, e ocupou as terras virgens do oeste paulista com o emprego de mão de obra livre e maior mecanização. O processo de escolarização do negro voltado para o mundo do trabalho não interessava mais à elite, que encontrou no imigrante um trabalhador barato e qualificado.

Considerações Finais

Conhecer o processo de escolarização de crianças negras é um desafio. Entretanto, as pistas que as mesmas deixaram nas fontes documentais de pesquisa são sutis. Logo, se faz necessário ao pesquisador sensibilidade no trato dos documentos elencados no *corpus* documental, e também no diálogo com os outros pesquisadores. Hannah Arendt, em seu livro *Homens em tempos sombrios*, nos convida a apurar nossa visão de mundo.

Olhos tão habituados às sombras, como os nossos, dificilmente conseguirão dizer se sua luz era a luz de uma vela ou a de um sol resplandecente. Mas tal avaliação objetiva me parece uma questão de importância secundária que pode ser seguramente legada à posteridade (ARENDDT, 2008, p. 9).

O exercício do olhar, do rigor da análise dos documentos, buscar novas perspectivas para traçar novos ângulos e questionar outras fontes para obter novas respostas, propondo assim o alargamento das fronteiras da História da Educação. Para tanto, devemos desnaturalizar a presença da escola na sociedade. No passado, ela não possuía apenas um arranjo e um formato. Parafraseando e subvertendo as palavras de José Saramago, busca-se aqui reunir grandezas históricas em escassos indícios do passado.

NOTAS

³Para os interessados em acompanhar o debate historiográfico, ver MONTEIRO, Ângelo Ferreira. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX: o caso Benatar*. Vassouras: Ed. Autor, 2007. RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978.

⁴O primeiro censo (1872) acusou, para o conjunto do país, uma taxa de 82,3% de analfabetismo na população de cinco anos ou mais (livre + escrava) conforme nos aponta Ferraro (2009) no livro *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BINZER, Ina Von. **Os meus romanos**: alegria e tristeza de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- FARIA, Sheila de Castro. **Barões do café**. São Paulo: Editora Atual, 2005.
- FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *Morfologia da infância escrava*: Rio de Janeiro, século XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- MACHADO, Lielza Lemos. **Vassouras, recanto histórico do Brasil**. 3. ed. Vassouras, RJ: Sotese, 2006.
- MONTEIRO, Ângelo Ferreira. **Redes de sociabilidade em Vassouras no século XIX: o caso Benatar**. Vassouras: Ed. Autor, 2007.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa**: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- STEIN, Stanley J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VELHO SOBRINHO, J. F. **Dicionário bio-biográfico brasileiro**, Rio de Janeiro: s/n, 1937 – (Rio de Janeiro: Pongetti).
VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Brasil: Editora UNB, 2008.

Recebido em: 02/10/2013
Aprovado para publicação em: 18/03/2014